

## **Carta da SBPC ao Ministro da Educação, em 5 de julho de 2004**

‘Senhor Ministro,

Agradecemos a honrosa visita à nossa sede. Na oportunidade reafirmamos a Vossa Excelência o nosso grande interesse em participar da discussão e colaborar com a implementação de ações de seu Ministério que possam contribuir para o progresso da ciência e da educação.

Algumas questões que vêm sendo objeto de exame pelo MEC nos últimos tempos são de nosso particular interesse, entre elas destacamos:

A implantação da Capeb (Capes da Educação Básica) e o ensino de Ciências – O Brasil já dispõe de várias iniciativas bem sucedidas de ensino de ciência que deveriam ser mapeadas para servirem como MODELOS. Este seria um projeto básico que permitiria um crescimento exponencial a partir de casos testados no país;

A produção de textos atualizados para o ensino fundamental e médio;

O pleno emprego de jovens doutores e a renovação do quadro docente de nossas Universidades públicas e privadas;

A cooperação científica e educacional entre os países do Mercosul;

A incessante busca de recursos para a Educação e a Ciência

A esse respeito temos empenhado nossos melhores esforços para ampliar os recursos destinados à Ciência, Tecnologia e Educação, em particular, para que os recursos destinados a estas áreas não sejam contingenciados e aqueles que já o foram sejam devolvidos aos seus precípuos fins, como é o caso dos Fundos Setoriais. É nossa posição que novos Fundos específicos para o financiamento da educação básica e superior sejam criados;

A análise da reforma da Universidade.

Quanto a esta última questão, permita-nos Senhor Ministro, apresentar-lhe alguns aspectos que foram objeto de exame por comissões da SBPC, as primeiras de uma série que pretendemos apresentar a Vossa Excelência:

### **1. Autonomia da Universidade**

i. A questão da autonomia da universidade pública deve ser considerada prioritária no debate da reforma universitária. Recomendamos que um primeiro efetivo passo nessa direção seja dado o quanto antes. Observou-se que dependendo do perfil da autonomia outras relevantes questões para a gestão da universidade podem ganhar diferentes contornos.

ii. O exemplo da autonomia concedida às Universidades paulistas é bom exemplo que deve ser estudado atentamente e adequado ao contexto das Universidades

públicas federais.

iii. A discussão da autonomia deve ser acompanhada por um exame do sistema de avaliação de desempenho e qualidade a ela associado.

iv. Um sistema de financiamento por avaliação de mérito e projetos deve ser criado no MEC de modo a possibilitar um desenvolvimento e expansão com diferentes velocidades em centros diferentes.

v. A autonomia imaginada para cada universidade deveria permitir que cada uma tivesse sistemas próprios de realização de seus projetos institucionais científicos, culturais e de extensão, de carreiras e gestão.

A autonomia local, observou-se, não impede que pisos salariais e dissídios sejam coletivos e que os índices básicos de reajustes e incentivos tenham âmbito nacional.

Nesse sentido, a política salarial deve ser a mesma para todas as Universidades. No que diz respeito à política de recursos humanos, ela deve ter características próprias em cada universidade, de modo que cada uma delas possa estabelecer seus próprios incentivos.

## 2. Estrutura, objetivos e conteúdos

Compartilhamos com V.Exa. o interesse em imaginar novos formatos e objetivos para o ensino superior. Nesse sentido, sugerimos que sem buscar modelos únicos para o ensino superior seja examinada a seguinte proposta:

- i. oferecer um diploma intermediário após dois ou três anos de estudos;
- ii. dar, a este primeiro ciclo, um caráter mais formativo e menos especializado;
- iii. permitir que o estudante seja mais bem informado antes de escolher a carreira profissional.

Com este diploma o estudante teria a possibilidade de ingressar (após processo seletivo) no quinto ou sexto semestres dos cursos profissionais das escolas ou faculdades (engenharias direito, medicina, física, história etc.).

Assim por exemplo o aluno com o referido diploma concluiria uma primeira fase de estudos e estaria habilitado a se inscrever no processo seletivo para o terceiro ano da escola de engenharia, medicina, direito, ou outras.

Para dar um caráter mais concreto a esta proposta seria oportuno tentar algumas simulações das disciplinas que reunidas em grandes áreas poderiam constituir o seu núcleo central. Uma primeira hipótese poderia ser a de reunir estas disciplinas em quatro grandes áreas: artes e arquitetura, exatas e ciências da terra, letras e ciências humanas e ciências da vida. Isto permitiria que uma parte do currículo de um aluno de ciências exatas admita disciplinas das áreas de humanas ou de artes.

Finalmente, deveríamos definir quem organizaria estes cursos e, com que responsabilidades e poder decisório operaria. E lembrar ainda que esta proposta requer uma profunda reforma das rígidas estruturas departamentais. Questões estas que nos dispomos a examinar nos Grupos de Trabalho designados por V.S. para examinar a reforma universitária.

Conte Senhor Ministro com nosso apoio em todas as iniciativas que possam alcançar esses objetivos, bem como naqueles voltados ao fortalecimento das ações do Ministério relacionadas à Pós-Graduação e ao Ensino Superior, áreas que contam no Governo com a colaboração de profissionais de grande competência e de elevado espírito público, com quem, ao longo das últimas décadas tivemos a honra de escrever páginas de luta pela justiça e democracia em nosso país.

Com elevada estima subscrevemo-nos atenciosamente,  
Ennio Candotti  
Presidente da SBPC